



PRÁTICAS MATERNAS E O CONCEITO DE CUIDADO: PROBLEMATIZANDO CAMPANHAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Eliane Cadoná¹
Marlene Neves Strey²
Taís Borin Vieira³

Na contemporaneidade, a palavra “cuidado” carrega uma série de significados, não somente na área da saúde, mas nas relações em geral. A materialidade deste conceito tem tamanha proporção que freqüentemente soa como algo inerente ao humano. Apesar de nossa intenção aqui não se centrar em uma aprofundada discussão acerca dos diferentes conceitos que se ancoram nesta palavra, a fim de lançar mão de teorias sobre a “natureza” de homens e mulheres, atentamo-nos para o fato de que, freqüentemente, naturalizamos práticas a eles relacionados, sem nem ao menos nos darmos conta da herança histórica que permite concretizar e cristalizar formas de ser no cotidiano.

A discussão deste trabalho, por sua vez, vem de encontro à questão acima levantada, tendo a pretensão de trazer a tona, de que forma o conceito de cuidado se atravessa em materiais da área da saúde, distribuídos em âmbito nacional, propondo, assim, uma conversa com autoras e autores que questionam o *status* da ciência e da lógica racionalista, positivista, que nos proporcionou, dentre tantas outras coisas, uma preocupação em buscar essências, em buscar a verdade sobre as coisas.

Mobilizadas com essas discussões e permeadas por inquietações providas dos estudos feministas, lançamos nosso olhar para as campanhas de incentivo ao aleitamento materno, uma vez que nos chama a atenção o quanto esses materiais trazem conceitos e modos de ser acerca das práticas maternas, que nos direcionam, que produzem subjetividades pautadas em uma lógica de ordem médica, prescritiva e preventiva.

Essas campanhas, veiculadas desde 1999 pela Sociedade Brasileira de Pediatria, possuem a cada ano uma madrinha, cuja função é mostrar, dar visibilidade e atenção à prática da amamentação junto a seus/suas filhos e/ou filhas, que se encontram em período de lactação. A partir de 2004, esses materiais passam a ser elaborados em parceria com o Ministério da Saúde, órgão que é responsável, desde 1999, pela Semana Mundial de Amamentação. Em prol desse movimento, vários outros órgãos nacionais e internacionais, bem como organizações não-governamentais, mídia e

¹ Psicóloga. Mestranda de Psicologia Social da PUCRS. Bolsista CAPES. E-mail: elianecadona@yahoo.com.br.

² Psicóloga. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUCRS. Pesquisadora CNPq. E-mail: streymn@pucrs.br.

³ Psicóloga. Mestranda de Psicologia Social da PUCRS. E-mail: taisbvieira@yahoo.com.br.



movimentos de sensibilização liderados pela população em geral, direcionam esforços em prol do incentivo à amamentação.

É válido deixar claro que não nos cabe aqui questionar a grande importância do leite materno para a saúde da criança, tampouco criticar a forma como os materiais aqui analisados foram elaborados. Propomos, sim, uma problematização da forma como, atualmente, tratamos dessas práticas, entendendo que materiais como esses, assim como tantos outros revelam uma lógica que não parte do nada, mas de processos constantes de ordem histórica, política, econômica, social e também cultural, que interpelam a vida das pessoas, produzindo modos de ser. Assim, procuramos dar visibilidade aos diferentes discursos e enunciados que, pautados em uma lógica também positivista, muitas vezes homogeneiza práticas que só poderiam existir, ao nosso ver, em sua singularidade.

Utilizamos aqui a palavra “também” em função de acreditarmos que tais materiais não estão pautados apenas em uma lógica positivista. O que se quer dizer com isso é que precisamos ter cuidado ao reduzir a complexidade das análises, entendendo que os discursos presentes nos materiais provêm de diversos lugares, sendo o positivismo uma das muitas formas de expressão para dar corpo ao que pretendem veicular.

Ressaltamos ainda que, ao realizarmos a análise, partimos do conceito foucaultiano de discurso, por meio do qual nos dispomos a recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e a busca do sentido último ou oculto das coisas, entendendo que é preciso ficar no nível de existência das palavras, do que é dito, ou seja, trabalhar arduamente com o discurso, deixando-o aparecer na sua complexidade. Assim, analisar o discurso seria dar conta de relações históricas, de práticas concretas, que se apresentam vivas no mesmo, entendendo-o enquanto produção histórica, política, onde as palavras são construções e a linguagem constitutiva de práticas. Ao entendermos que valores, atributos e expectativas, bem como discursos são construções sociais originadas a partir de um contexto sociocultural específico, em um determinado espaço de tempo, entendemos a importância de se ter uma consciência histórica do presente (Fischer, 2001, p.198; Foucault, 1995; Teykal & Rocha-Coutinho, 2007;).

O cuidado sob a ótica das campanhas de incentivo ao aleitamento materno: reflexos da contemporaneidade, resquícios e de uma longa caminhada.

A palavra cuidado, no latim, *coera*, significa cura. Na antiguidade, era usada em situações onde se falava de amor e de amizade ou, em outras palavras, quando se referia a relações entre as



peessoas. Em outros casos, a palavra cuidado, ainda dentro deste contexto de cura, expressava a idéia de pensar no outro, de lhe dar atenção, preocupar-se e mostrar interesse por alguém. É um ato de bom trato que provoca nas pessoas sentimentos de preocupação e de senso de responsabilidade. Partindo desse princípio, o cuidado é algo que está constantemente presente na vida das pessoas, uma vez que elas sempre manterão algum tipo de desvelo por alguém e o não envolvimento implicaria na negligência e desleixo pela vida do outro (Boff, 2005).

No dicionário da língua portuguesa, cuidado é sinônima de atenção, precaução, cautela, diligência, encargo, responsabilidade, preocupação. O verbo “cuidar” remete-se a “ter cuidado”, “tratar de assistir” (Koogan e Houaiss, 1999). No senso comum, quando nos utilizamos desta palavra, seja para alertar alguém quanto a uma suposta exposição ao risco, seja para expressar uma forma de relação entre as pessoas, estamos dando significado a ela, significado esse que não está solto, mas sim inserido no contexto ao qual estamos nos referindo. Em muitas ocasiões, palavras derivadas como cuidador e/ou cuidadora surgem em nossas falas cotidianas e, junto com elas, é inevitável nos remetermos àquelas pessoas que supostamente exercem essa função, dentro de nosso entendimento que, é claro, não é somente nosso, mas de todo um coletivo que nos proporciona fazer esse tipo de conexão. Entretanto, raramente nos questionamos porque ligamos determinadas práticas a determinadas pessoas.

Não foi sempre assim, mas, desde o momento em que a criança passa a ser alvo de interesses do Estado, à mãe é delgada a função de cuidar dos/das filhos/filhas. Em um primeiro momento, cabia a ela deixar de lado seus “caprichos” para dedicar-se exclusivamente à amamentação da criança, costume esse que, durante o século XVI, não era comum entre as mulheres, quando a função de nutriz era encargo das amas-de-leite. Os cuidados com as crianças não eram alvo de preocupação geral, haja vista a grande quantidade de casos em que, por negligência, muitas delas morriam a caminho ou nas casas das amas, em função da falta de uma estrutura, tanto por parte das famílias quanto por parte de quem cuidava da criança. Entretanto, essa realidade começa a se modificar, uma vez que a saúde e o bem estar daqueles que representavam o futuro da nação passa a ser uma questão de saúde pública. Conseqüentemente, discursos dos mais variados penetram nos lares de famílias de todas as classes sociais com o intuito de educar as mães para exercer práticas de cuidado para com os filhos e filhas (Badinter, 1985).

Ao longo do século XIX, a medicina higienista toma frente nas questões referentes à saúde, e a família passa a ser alvo de prescrições. Nesse momento, foram as mães o principal público ao qual os médicos se direcionaram na busca pela saúde e pela organização social. Como forma de



governar a conduta delas em seu papel de cuidadoras elaboraram-se manuais de puericultura, cuja lógica baseava-se na prescrição de formas de cuidado para com a criança. Era preciso, pois, tomar conta da população e vigiar a conduta das mulheres para que a mortalidade infantil diminuísse cada vez mais (Lima, 2007).

Por hora, o que se mostra interessante ressaltar neste momento é que a mulher sempre foi, de alguma forma, alvo, motivo de preocupação. A ela, encarregou-se a função de cuidadora do lar, dos filhos e do marido, restringindo-a ao mundo privado. Para que aderisse a esse discurso das práticas de “cuidado ideal”, foi preciso que ora fosse lançado mão das questões referentes ao instinto materno, ora da questão da moral e dos bons costumes. Apesar de contraditórios, esses pressupostos foram utilizados para manipular a conduta das mães em momentos específicos da história que, como sempre, adquire roupagens distintas em termos de costumes, crenças e valores, dependendo do contexto em que se encontra.

Se hoje a lógica pauta-se no mercado e, portanto, é preciso investir de determinadas formas no sujeito, em outros tempos a preocupação girou em torno de outros interesses e as mulheres, de uma forma ou de outra, tiveram que ser tomadas pela ordem discursiva vigente para que a “ordem” e o “progresso” se estabelecessem. Entretanto, homens e mulheres, apesar de jamais estarem fora da lógica de seu tempo, também têm a capacidade de escapar dessas prescrições, dessas regras impostas por eles/elas mesmos/mesmas, e assim o fizeram por muito tempo, assim como o fazem até hoje. Essas formas de resistência, discutidas por autores como Michel Foucault, exprimem nossa capacidade de produzir formas singulares de ser e de questionar a lógica vigente.

Pensando nisso tudo, e propondo desde já um movimento de singularização, o que significa, na atualidade, cuidar de uma criança? Como discursos acerca da mãe que cuida se cristalizaram diante de uma lógica que, anteriormente, permitia a entrega dos/das/ filhos/filhas às amas-de-leite? Qual é a idéia de cuidado impressa na contemporaneidade? A partir de que momento cuidar da saúde do filho, pessoalmente, passa a ser prioridade do Estado e obrigação da mãe? Que sentido é atribuído a essa palavra? É possível eleger outras formas de cuidado que não aquelas ligadas às necessidades biológicas? Como determinados discursos acerca dos cuidados maternos foram tomados como verdades? Como as mães se tornaram sujeitos de cuidado?

Estas foram as perguntas iniciais que direcionaram nossa pesquisa, contempladas em parte no presente trabalho, que representa um recorte da mesma. Nossa intenção não é esgotá-las, mas sim discutir esses aspectos, dando visibilidade para as questões acima apresentadas, entendendo tais materiais enquanto tecnologias de governo, exercícios existentes em nosso dia-a-dia que ordenam a



vida por intermédio de sentidos referentes ao modo que cada um tem que viver; tudo isso se denomina arte de governo, uma vez que essa prática não se estabelece de forma proibitiva, mas na forma de controle, de administração (Foucault, 2003).

Assim, a mãe dos folderes das campanhas é representada como alguém que se dispõe a destinar seu tempo exclusivo, em especial nos primeiros meses de vida, ao bebê, em função da livre demanda pregada enquanto essencial para o seu bom desenvolvimento físico e emocional. Recheados de cientificidade, os enunciados presentes nos materiais são permeados por discursos de diferentes áreas do conhecimento, a saber, a psicologia, a medicina, a odontologia, além de muitos outros provindos, inclusive, da religião, ainda que de forma sutil. Quando falamos em dedicação exclusiva, estamos ditando às mães uma verdade sobre o cuidado, que provém da abnegação em prol de algo maior, assim como Maria, mãe de Deus, fez com seu filho.

As tecnologias de governo estão presentes de várias formas nos materiais analisados, cuja lógica, de cunho prescritivo, muito se parece com as formas de governo destinadas à educação das mães para com os cuidados com dos/das filhos/filhas durante o século XIX. Percebe-se que ainda há um investimento na educação das mulheres e que suas práticas maternas estão constantemente sendo vigiadas e conduzidas por um modelo que, acima de tudo, é biologicista. Apontamos para esse fato porque, ainda que se prime por questões afetivas ou de cunho emocional, a própria literatura contemporânea, na qual procura dar respaldo para o aleitamento materno, preocupa-se muito com a proliferação dessa prática ao ligá-la, em muitos casos, ao bom rendimento escolar da criança futuramente.

Sabe-se, também, que são muitos os discursos que circulam no cotidiano e que, de uma forma ou de outra, reforçam a idéia de que certas atitudes fazem parte da prática de ser mãe, por meio da naturalização de modos de ser, ligados a um ideal de maternidade. Isso tudo direciona as pessoas, por intermédio de processos educativos, a constituir homens e mulheres, mães e pais. Assim, os campos da Educação e da Saúde acabam produzindo, atualizando e repetindo o conceito de maternidade e de como a mulher deve agir nesse contexto. A autoridade científica desses campos torna-se uma estratégia para a naturalização e para a universalização desses conceitos (Meyer, 2003).

Ao reforçarmos que existem formas específicas de cuidado, que envolvem questões afetivas e emocionais e o seu bom desenvolvimento, fazendo uso apenas do exemplo da importância do contato entre mãe e bebê e ligando tudo isso especialmente à amamentação, não estaríamos banalizando ou até mesmo reduzindo as práticas de cuidado? Quando prescrevemos formas de



cuidado e elegemos apenas um cuidador que, neste caso, é a mulher no seu papel de mãe, não estamos deixando de lado as outras possíveis relações que poderiam ser tão importantes quanto para o desenvolvimento da criança? Quando prescrevemos formas de cuidar revestidas de um saber científico, não estaríamos desautorizando outros saberes que poderiam, por sua vez, permitir outras formas de relação e que também podem ser nomeados enquanto formas de cuidado? Seria esse o conceito de promoção de saúde no qual estamos pautados?

Acreditamos, entretanto, que promover saúde, ligando-a a outros conceitos além da doença, e conceituando-a enquanto possibilidade de modos de vida, que inclui solidariedade, cidadania e equidade, por exemplo, possibilita direcionar idéias referentes às práticas de cuidado que não apenas àquelas relacionadas às formas de governo (que tomam a saúde como estratégia de controle da vida). Quando ligamos o cuidado ao tratamento, à prevenção, à reabilitação, as práticas de saúde conseqüentemente colam-se ao controle, às prescrições, às práticas de governo, práticas de como devemos viver para assim obter uma boa saúde. O ponto que direciona tais estratégias é a própria doença, que demarca as ações na busca da saúde. A promoção da saúde é lançada dentro de uma proposta que inclui a possibilidade de outras formas de vida, compreendendo a diversidade dos diferentes modos de vivenciar a realidade, dando abertura para a invenção, para o novo, dando espaço para os afetos, desejos e experiências singulares (Bernardes e Quinhones, 2009).

Entendemos que, ao veicular a preocupação com o outro, as políticas de saúde expressam uma forma de existência pautada na dignidade e na responsabilização social frente aos problemas de mortalidade, fome e violência, que vivemos na contemporaneidade. Entretanto, quando também veiculam formas específicas de cuidado, direcionando a prática e enunciando comportamentos de forma naturalizada, produzem formas de assujeitamento, não permitindo outras formas de existência.

Com a leitura dos materiais analisados, percebemos o quanto a incisão sobre o corpo da mulher ainda se mostra de forma intensa, seja por intermédio dos enunciados que apontam para a necessidade que se tem desta cuidar da própria alimentação em prol da saúde do bebê, seja para veicular um modo de ser cuidadora que a impede de questionar a prática da amamentação. Afinal, como aponta um dos folderes, acreditando que é possível, toda mãe pode amamentar. Partindo-se desse princípio, podemos pensar que a idéia de que o cuidado é, mais do que nunca, pautado na lógica de que é inerente à mulher, ainda é muito forte e, conseqüentemente, só não é boa cuidadora quem realmente não quer.



À figura do pai é dada pouca ênfase. Dos onze folderes analisados, apenas um mostra a figura paterna na capa e o padrão de família veiculado, em sua maioria, são de mulheres casadas, brancas e que possuem um poder aquisitivo, diga-se de passagem, estável. Entretanto, esse apagamento da figura paterna não é contemporâneo. Ao contrário da sua antiga função de proprietário e responsável pela família, a autoridade do homem passa a decair dentro do lar, ao longo do século XIX, momento em que a mãe, apoiada pela figura do médico, toma posse das responsabilidades da casa, restringindo-se cada vez mais ao privado. Ao homem, encarrega-se o sustento financeiro, restando-lhe pouco, senão nenhum tempo para exercer outras funções (Badinter, 1985).

Como se pode perceber, fortes resquícios de uma construção histórica patriarcal pintam hoje um cenário onde papéis de homens e de mulheres, mais do que nunca, ainda estão divididos, ora respaldados por questões biológicas, ora por questões morais, culturais. O que não se pode deixar de perceber é que a forma como estão estabelecidas nossas relações nada tem a ver com uma natureza humana, com uma essência, mas sim com processos sociais dos quais somos autores, produtos e também reprodutores.

Questionar o instituído, dando visibilidade para outras formas de pensar a diferença, o novo é abrir caminhos para a vida, para os processos, para os diferentes modos de ser que dizem muito mais respeito, ao nosso ver, com a lógica do humano do que a estagnação, a permanência. Deixar de questionar é, sem dúvida, promover a morte, sufocando a vida e os diferentes modos de existência que promovem o movimento constante em prol da promoção da saúde como um todo, entendida aqui não enquanto conceito fechado, que envolve causa e consequência, mas sim diferentes movimentos que estão em constante transformação.

Bibliografia

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.

BERNARDES, Anita Guazzelli; Quinhones, Dionatans Godoy. *Práticas de cuidado e produção de saúde: Formas de governamentalidade e alteridade*. *Psico*, v. 40, n. 2, abr./jun. 2009, p. 153-161.

BOFF, Leonardo. *O cuidado essencial: princípio de um novo ethos*. *Inclusão Social*, Brasília, v.1, n.1, out./mar. 2005, p.28-35.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Foucault e a análise do discurso em educação*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 114, 2001, p. 197-223.



FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV.*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L. e RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KOOGAN/HOUAISS Enciclopédia e Dicionário Ilustrado. Rio de Janeiro: Seifer, 1999.

LIMA, Ana Laura Godinho. *Maternidade higiênica: natureza e ciência nos manuais de puericultura publicados no Brasil*. História: questões & debates, Curitiba, n.47, 2007, p. 95-122.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. *Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos*. Movimento, v. 9, n. 3, 2003, p. 33-58.

TEYKAL, Carolina Macedo, ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho*. Psico, v. 38, n. 3, 2007, p. 262-268.